

ISSN 0101 708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO de Geografia

INSTITUTO DE ESTUDOS
SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

Edição Especial
20 Anos

VOL. 21 - N.º 1 - JAN./ JUL. 2001

RESENHA

Tadeu Alencar Arrais¹

LIVRO: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2001. 471 p.

A idéia de resenhar um livro, geralmente, parte daqueles que julgam conhecê-lo muito bem. Desde já dispensamos essa pretensão. Muitas vezes, mesmo não tendo as respostas devemos nos arriscar à tarefa de respondê-las. Essa resenha, então, pode situar-se no campo das respostas e dos entendimentos possíveis. Aquelas que, a rigor, não partem de interpretações unilaterais que se transformam ao longo do texto em certezas absolutas, indicando caminhos e orientando os olhares; esse não é o caráter dessa resenha. Seu papel é informativo, o que, por se tratar de uma obra de tamanha envergadura, também, pode ser interpretada como ambição, tendo em vista que muitos temas, pontos, conceitos serão abreviados, pois o livro esconde mais respostas que a nossa capacidade de perguntar. Os autores, Milton Santos e Maria Laura Silveira, conhecidos no âmbito da geografia brasileira, dispensam apresentações. Não há apresentação melhor que a própria obra. O livro divide-se em três partes articuladas. As duas primeiras partes procuram fazer a análise e a síntese da formação do território brasileiro. É a história da formação de um acontecimento perene: o território brasileiro em movimento. O território brasileiro presente que se refaz todos os dias. A última é composta por oito estudos de caso de pesquisadores envolvidos diretamente em trabalhos, enfocando as temáticas desenvolvidas nas duas primeiras partes do livro. São verticalidades, ou melhor, aprofundamentos sobre a mobilidade no território brasileiro.

A reflexão sobre “*O território e a sociedade brasileira no início do século XXI*” desenvolvida pelos autores Milton Santos e Maria Laura Silveira parte de uma articulação entre teoria e prática. A teoria apresenta-se diluída

1. Mestre em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais – IESA (UFG) e professor de Geografia do Brasil da Universidade Estadual de Goiás e de Didática e Prática de Ensino de Geografia da Universidade Federal de Goiás. End. Eletrônico: tadeuarrais@zipmail.com.br

ao longo do texto, explicitando um esforço de análise globalizante da formação do território brasileiro. A preocupação com a periodização está presente no livro, servindo como orientação metodológica para a caracterização dos acontecimentos. A formação do território a partir de sucessivos meios geográficos vai terminar em um território, já no terceiro quartel do século XX, mecanizado e urbanizado. Segundo os autores (2001:27):

Ao longo da história da organização do território brasileiro, três grandes momentos poderiam, grosso modo, ser identificados: os "meios naturais", os "meios técnicos" e o "meio técnico-científico-informacional". Por intermédio de suas técnicas diversas no tempo e nos lugares, a sociedade foi construindo uma história dos usos do território nacional.

Esses sucessivos "meios geográficos" aconteceram e acontecem no território de forma seletiva, criando no interior desse território outros "territórios", ou melhor, regiões. A própria mecanização do território, argumentam os autores, ocorreu de forma seletiva, com tempos correspondentes a cada condição técnica. Nesse sentido é um trabalho regional e globalizante, partindo de uma região adjetivada de "concentrada"². Podemos dizer que o "esforço de análise" (expressão utilizada pelos autores) tem como objeto o território brasileiro visto a partir dessa "Região Concentrada". Nessa região, espaço privilegiado do meio técnico-científico-informacional, a fluidez acontece, os dados expressos no livro provam isso. Concentração de ferrovias, portos, parque industrial, meios informacionais, comunicações, pesquisa e desenvolvimento, unidades de ensino superior, entre outros dados, demonstram a grandeza dessa região e justificam o adjetivo. Os autores advertem que, dentro dessa região concentrada, a fluidez é seletiva. O esforço de análise também é direcionado ao novo mapa produtivo do território, enfocando a descentralização industrial e a modernização da agricultura a partir da década de 1970. Nessa parte os autores demonstram como São Paulo foi constituindo-se em metrópole industrial, avaliando que a integração do território nacional deu-se a partir

2. "Essa denominação – Região Concentrada – foi introduzida na literatura geográfica com as pesquisas dirigidas, no Rio de Janeiro, por Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro (O conceito de Região Concentrada, 1979). Essa região estaria constituída pelos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul". (SANTOS & SILVEIRA 2001:27)

da “Região Concentrada”. A integração nacional, antes de tudo, favoreceu a subordinação de determinadas regiões, imprimindo formas de consumo e padrões de produção próprios do modo hegemônico de produzir. Para isso foi necessário dar uma nova “materialidade ao território”. Dotá-lo de sistemas técnicos (ferrovias, hidrovias, energia elétrica, refinarias, telecomunicações etc.) para garantir a fluidez necessária ao período “técnico-científico-informacional”. Esse novo meio técnico (primeiro técnico-científico, depois técnico-científico-informacional) identificado a partir da década de 1970, para utilizar a expressão dos autores: “*não se impõe igualmente sobre o território.*” (2001:104). Prova disso é o mapa produtivo do país, com claras diferenciações entre o Nordeste, a Amazônia, o Centro-Oeste e a Região Concentrada, a última prevalecendo sob o ponto de vista do consumo e produção (material e não material) sobre as demais.

Os circuitos espaciais de produção são considerados, bem como a presença do Estado na creditização do território. Segundo os autores:

Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação mostram o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a mundial. (2001:144).

Uma tipologia de empresas das diversas ordens como a automobilística e a de laticínios, entre outras, é apresentada, chegando, dessa forma, a uma “geografia do movimento” que tem como objeto a constituição da fluidez do território, desde os fluxos aéreos até a navegação de cabotagem. Uma tipologia dos bancos é estabelecida, ilustrando a forma como sistema financeiro agiu na “financeirização do território”. Em seguida, em um dos capítulos mais interessantes, migrar para distribuição e mobilidade populacional, utilizando conceitos como “cidades milionárias” e “metropolização”. Esse capítulo, como os demais, é apoiado em uma farta documentação estatística e cartográfica, o que ilustra bem o texto, permitindo aos leitores o acesso a um material estatístico muito bem estruturado. Com a caracterização da população ensaia-se uma geografia do consumo material e não material e dos níveis de vida, compreendidos, também, como expressão comportamental da “psicoesfera”, própria do “meio técnico-científico-informacional”. Assim encerra-se o “esforço de análise”, a decomposição do território, para iniciar “o esforço de síntese”.

A síntese é sempre um esforço. Nesse sentido a síntese é construída a partir de uma categoria de análise específica, ou seja, o território. “Em si”

o território seria uma noção abstrata, apropriada para direcionar os olhares para uma realidade material qualquer. Ele torna-se uma realidade concreta à medida que é utilizado, apropriado por pessoas, empresas, instituições. O uso dessa categoria coloca em dúvida a ingênua noção de espaço neutro. Território, por princípio, pressupõe relações de poder. Território usado, por consequência, pressupõe a materialização dessas relações na paisagem. Segundo os autores:

Quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política. (2001:247)

A utilização do território provocou diferenciações regionais. Lugares onde a globalização acontece de forma seletiva, dando a entender que produção do território, no período “técnico-científico-informacional”, está relacionada com uma escala mundial. Segundo os Autores: “Dentro do território podemos admitir a existência de áreas em que se pode falar de uma globalização ‘absoluta’ e de outras que essa globalização é apenas ‘relativa’”. (2001:257). Acontecendo de forma diferente, a globalização e seus determinantes políticos criam, no território brasileiro para utilizar a expressão dos autores, “espaços luminosos” e “espaço opacos”, provocando diferenciações de conteúdos racionais que vão oferecer aspectos qualitativos para as empresas e instituições em cada região do país. Segundo os autores: “Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização” (2001:264).

A leitura regional confirma-se quando os autores utilizam a expressão os “quatro brasis”, com realidades diferentes, mas articulados. A velocidade e a fluidez materializam-se de forma distinta em cada um desses “brasis” seja na Região Amazônica, na Região Nordeste, na Região Centro-oeste ou na Região Concentrada, sendo a última resultado da urbanização seletiva. “Quatro brasis”, quatro regiões, solidárias e articuladas, com conteúdos racionais distintos. Com modernidades e tempos diferentes, oferecendo para cada cidadão empresa, Poder Público, como também para a geografia, uma experiência ao mesmo tempo de região e de Brasil. Para os autores que retomam a noção de “espaço como conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”, é preciso partir de uma “economia política do

território”, para compreender as forças e determinações impostas ao território. O novo jogo é o da luta pelo território. A “guerra dos lugares”; a chamada “competitividade”; as privatizações que priorizam os sistemas técnicos (como as telecomunicações e a energia elétrica) ilustram o pensamento dos autores e deixam claro a dimensão política do uso e da luta pelo território. Uso que pode dimensionar a soberania nacional e luta que envolve todos os segmentos da sociedade. Essa talvez seja a maior mensagem do livro.

ESTUDOS DE CASO

Os estudos de caso³ já se adequaram à periodização proposta no livro, ou seja, aquela que se baseia nos sucessivos meios técnicos. O primeiro, de 1500 a 1870, entendido como pré-técnico, seguido do meio técnico, que se estende até o final dos anos 60 quando chega o último período, o técnico-científico-informacional. São oito estudos de caso que, de uma forma ou de outra, encontram-se num eixo comum: o território em movimento. Os sistemas de engenharia que contribuíram para a integração do território, rompendo as oposições entre o “litoral e o sertão”, ou mesmo os modelos interpretativos do Brasil como “arquipélagos” isolados, assim como o papel das telecomunicações na remodelação do território e os sistemas de movimento como o aquaviário, o ferroviário, o rodoviário e o aeroviário, colocam em pauta a questão da mobilidade do território. Uma mobilidade que determina o novo papel para a metrópole enquanto mecanismo agregador de “novos serviços” e demandas geradas pela urbanização do território. Desse modo, a concentração da atividade publicitária na “Região Concentrada” pode indicar que ali são construídas e difundidas as visões de mundo e do próprio país. Da mesma forma, as empresas de consultoria, que reafirmam a opção por uma “Região Concentrada” do ponto de vista material e imaterial, mostram que ali a nova “psicoesfera” é mais presente. O último dos estudos de caso, com o título *Uma história de movimentos* encerra o livro nos fazendo entender que a paisagem pode ser compreendida como a materialização momentânea do movimento. Segundo Maria Ângela

3. São oito estudos de caso. Preferimos centrar as reflexões nos temas gerais desses estudos, sem citar os autores. Os oito temas aparecem diluídos no texto, dessa forma nos desculpamos pela não referência aos autores Marcos Xavier, Cilene Gomes, Fábio Betioli Contel, Soraia Ramos, Eliza Almeida, Lídia Antongiovanni, Adriana Bernardes e Maria Ângela Faggin Pereira Leite.

Faggin Leite, em passagem que merece destaque: "As formas da paisagem não correspondem, portanto, a uma idéia de finalização, mas a uma idéia de transformação". (2001:434)

CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

Pelo caráter de obra que propõe uma leitura global da formação do território brasileiro, buscando fundamentos para a explicação da realidade material, o livro abre, discute, analisa, apoiado em uma base documental e cartográfica farta, uma série de questões importantes para a geografia do Brasil. A perspectiva de considerar o território, como objeto da geografia já traduz, por si só, a preocupação com o movimento. A fluidez desigual de pessoas, capitais, idéias, no interior do território, criou determinados padrões de produção e apropriação de espaço e tempo no território brasileiro e fez ressurgir, em uma leitura envolvente, a região. Região considerada à luz do território. Aliás, não é a primeira vez que essa temática ocupa lugar na reflexão dos autores. Lentamente, como o próprio território, essa noção foi sendo construída, prova que pesquisar é tarefa que exige perseverança. O livro é "grande" como o território brasileiro. Seus capítulos, tal como território brasileiro, apresentam-se articulados como as diversas regiões interligadas por redes que fazem a informação chegar aos recantos mais remotos do país. Mas o livro não é completo. Não poderia sê-lo, uma vez que os autores optaram por fazer uma leitura, um "esforço", como colocam os próprios autores, de fotografar esse movimento em determinado período. Possivelmente a síntese que termina o livro se tornará, para muitos pesquisadores, objeto de análise. Assim a geografia irá se refazer. Os autores contribuíram com competência singular com esse refazer. Não há propósito de existência melhor. Para encerrar, lembrando da valoração do território, os autores colocam: "O exercício intelectual correspondente tem apenas a vantagem de lembrar como, em qualquer momento – mas sobretudo em condições de globalização - , o território é sensível, nervoso e objeto de numerosas mudanças de conteúdo". (2001:302)